



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada, para a aquisição **04 (quatro) Sanitários portáteis individuais destinados ao uso em frentes de trabalho a céu aberto, obras, eventos ou áreas remotas, conforme exigências da NR-24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho).** Características Técnicas Gerais: **Material Estrutural: Fibra de poliéster reforçada com resina e fibra de vidro (PRFV), resistente à radiação UV e à ação de intempéries. Revestimento interno: Superfície lisa e impermeável, facilitando a higienização. Estrutura: Monobloco ou modular com travas de segurança e fechamento interno. Ventilação: Sistema de ventilação passiva com venezianas laterais. Fechadura: Trinco interno tipo trava e indicador de ocupado/desocupado. Piso: Antiderrapante, reforçado, com sistema de escoamento. Porta: Porta articulada com molas de retorno automático. Equipamentos Inclusos: Assento sanitário anatômico com tampa Dimensões Aproximadas: Altura: 2,20 m, Largura: 1,10 m, Profundidade: 1,20 m, Peso aproximado: 80 a 100 kg, Resistência e Durabilidade: Resistente a choques, intempéries, variações de temperatura e produtos químicos de limpeza, para suprir a necessidade e respeitar a norma NR-21 - Trabalhos a Céu Aberto que estabelece condições mínimas de segurança e proteção para os trabalhadores que exercem suas funções em áreas externas, expostos diretamente às condições climáticas, para que possamos dar continuidade aos serviços de drenagem e pavimentação em vias públicas no município de São José do Vale do Rio Preto.**

1.2. Considerando que diversos servidores desta municipalidade desempenham suas atividades laborais em frentes de trabalho a céu aberto, como serviços de recapeamento asfáltico, manutenção viária, obras públicas e atividades similares, torna-se imprescindível a disponibilização de banheiros químicos portáteis nos locais de execução dessas tarefas. A aquisição dos referidos equipamentos tem como principal objetivo garantir condições mínimas de higiene, saúde e dignidade no ambiente de trabalho, conforme previsto na Norma Regulamentadora nº 24 (NR-24), que trata das Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho. De acordo com o item 24.3.1 da NR-24, é obrigatória a instalação de instalações sanitárias adequadas e em número proporcional ao efetivo de trabalhadores, inclusive em áreas externas, devendo ser mantidas em condições de funcionamento, higiene e conservação. Além disso, a NR-21, que trata dos Trabalhos a Céu Aberto, determina que os empregadores devem garantir condições mínimas de conforto aos trabalhadores expostos às intempéries, incluindo a disponibilização de instalações sanitárias próximas ao local de execução das atividades. Dessa forma, a aquisição de banheiros químicos portáteis se justifica para: Atender aos requisitos legais das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho; Promover a prevenção de riscos sanitários e o bem-estar dos servidores; evitar passivos trabalhistas e autuações por descumprimento da legislação vigente; assegurar condições dignas de trabalho, especialmente em locais sem infraestrutura permanente. Assim, a presente contratação é medida necessária, legal e urgente, visando a adequação às normas de segurança e saúde do trabalho e à preservação da integridade física e moral dos trabalhadores da Administração Pública Municipal.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

2. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	<p>Finalidade de Uso: Sanitário portátil individual destinado ao uso em frentes de trabalho a céu aberto, obras, eventos ou áreas remotas, conforme exigências da NR-24 (Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho).</p> <p>Características Técnicas Gerais:</p> <p>Material Estrutural: Fibra de poliéster reforçada com resina e fibra de vidro (PRFV), resistente à radiação UV e à ação de intempéries.</p> <p>Revestimento interno: Superfície lisa e impermeável, facilitando a higienização.</p> <p>Estrutura: Monobloco ou modular com travas de segurança e fechamento interno.</p> <p>Ventilação: Sistema de ventilação passiva com venezianas laterais.</p> <p>Fechadura: Trinco interno tipo trava e indicador de ocupado/desocupado.</p> <p>Piso: Antiderrapante, reforçado, com sistema de escoamento.</p> <p>Porta: Porta articulada com molas de retorno automático.</p> <p>Equipamentos Inclusos:</p> <p>Assento sanitário anatômico com tampa</p> <p>Dimensões Aproximadas:</p> <p>Altura: 2,20 m</p> <p>Largura: 1,10 m</p> <p>Profundidade: 1,20 m</p> <p>Peso aproximado: 80 a 100 kg</p> <p>Resistência e Durabilidade:</p> <p>Resistente a choques, intempéries, variações de temperatura e produtos químicos de limpeza.</p>	Un	4

3. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. Os bens serão recebidos:

3.1.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

3.1.2. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 05 (cinco) dias úteis do recebimento provisório.

3.2. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

3.3. A Administração rejeitará, no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

4. PENALIDADES

4.1. Multa por atraso no início da execução dos serviços é de 0,02% (zero vírgula zero dois por cento) do valor total medido no mês;

4.2. Multa por descumprimento de cláusula contratual: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do Contrato;

4.3. Multa pela inexecução parcial do Contrato: 10% (dez por cento) do valor do Contrato correspondente à parte não executada da avença;

4.4. Multa pela inexecução total do Contrato: 20% (vinte por cento) do valor do Contrato;

4.5. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a de outras;

4.6. As importâncias relativas às multas serão descontadas do primeiro pagamento a que a contratada tiver direito no mês subsequente ao evento que originou a penalidade.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. A Contratada obriga-se a:

5.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia;

5.1.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

5.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos**, o produto com avarias ou defeitos;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

- 5.3.** Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 5.4.** Comunicar à Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 5.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.6.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- 5.7.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 5.8.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. A Contratante obriga-se a:

- 6.1.1.** Receber provisoriamente o material, disponibilizando local, data e horário;
- 6.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- 6.1.3.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.1.4.** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

7. MEDIDAS ACAUTELADORAS

- 7.1.** Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

8. DA FISCALIZAÇÃO

- 8.1.** A fiscalização da contratação será exercida pelos servidores da Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, através dos seguintes servidores:





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

	Nome	Matrícula	Cargo
01	Pedro Eduardo Trotti de Castro	Secretário de Obras Públicas, Urbanização e Transporte	6380
02	José Carlos Morelli	Chefe de Divisão de Pavimentação e Manutenção de Logradouros Públicos	0323

Aos fiscais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, devendo as demais secretarias indicarem os seus respectivos representantes.

8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos;

8.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. As sanções administrativas serão impostas fundamentadamente nos termos da Lei nº 14.133/2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito à ampla defesa sem prejuízo das demais cominações legais previstas neste edital, o licitante que:

9.1.1. Se recusar a assinar o termo do contrato ou receber a nota de empenho;

9.1.2. Inexecução total ou parcial da nota de empenho ou contrato;

9.1.3. Deixar de entregar documentação exigida no edital;

9.1.4. Apresentar documentação falsa;

9.1.5. Ensejar o retardamento da execução do seu objeto;

9.1.6. Não mantiver a proposta dentro do prazo de validade;

9.1.7. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

9.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

9.1.10. Fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal.

9.2. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos casos citados no item 11.1, conforme detalhado nos itens 11.1.1 ao 11.1.9.





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

9.3. A pena de advertência poderá ser aplicada nos casos previstos no item 11.1, sempre que a administração entender que a (s) justificativa (s) de defesa atenua a responsabilidade da CONTRATADA e desde que não tenha havido prejuízo ao erário público.

9.4. Pelo atraso injustificado, inexecução total ou parcial do contrato, a Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à CONTRATADA as multas fixadas a seguir, sem prejuízo de outras sanções previstas neste edital, no contrato, e demais legislações aplicáveis à espécie:

9.4.1. Multa moratória de 0,1% (um décimo por cento) do valor do contrato, por dia de atraso do início de sua execução, até o limite máximo de 2% (dois por cento). Acima do limite aqui estabelecido, caracterizará inexecução total da obrigação assumida;

9.4.2. Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de sua inexecução total ou parcial, ou ainda, pela recusa injustificada em assinar o contrato;

9.4.3. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação pactuada;

9.5. As sanções previstas nos itens 11.1 e 11.2 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com a de multa.

9.6. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Prefeitura Municipal de São José do Vale do Rio Preto, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas nos itens 11.2 e 11.3.

9.7. O percentual de multa previsto no item 11.4 incidirá sobre o valor atualizado do contrato ou do item do contrato (nesse último caso, quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item), tendo como fator de atualização o percentual da taxa SELIC – Sistema Especial de Liquidação e Custódia – que incidirá a partir da data em que ocorrer o fato, até o dia do efetivo pagamento da multa.

9.8. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o CONTRATADO pela sua diferença, que será descontada/compensada dos pagamentos eventualmente devidos pela administração. Efetuados esses descontos/compensações, caso ainda haja saldo devedor, ou inexistentes a garantia e/ou pagamentos devidos pela CONTRATANTE, o valor da multa aplicada deverá ser recolhido junto à agência do Banco do Brasil S/A, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da notificação, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU.

9.9. Na hipótese de não pagamento ou recolhimento referido no subitem imediatamente acima, os valores serão objeto de inscrição em dívida ativa e sua consequente cobrança pelos meios legais.

9.10. Independente da sanção aplicada, a inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar, ainda, a rescisão contratual, nos termos previstos na Lei nº. 14.133/21, bem como a incidência das consequências legais cabíveis, inclusive indenização por perdas e danos eventualmente causados à CONTRATANTE.

9.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/21, e demais leis pertinentes subsidiariamente;





PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transportes

9.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

10.1. O objeto do presente termo de referência será recebido em remessa única pela Prefeitura de São José do Vale do Rio Preto, com prazo não superior a 15 (quinze) dias úteis após recebimento da nota de empenho.

10.2. Os bens deverão ser entregues no endereço: Setor de Almoxarifado, Rua Coronel Francisco Limongi, 125, Centro, São José do Vale do Rio Preto – RJ. CEP: 25780-000, no horário das 09:30 às 16:00 horas. Sendo o frete, carga e descarga por conta do fornecedor até o local indicado.

10.3. O não cumprimento do disposto no item 4.1 do presente termo acarretará a aplicação das penalidades previstas no edital e a convocação do fornecedor subsequente considerando a ordem de classificação do certame.

10.4. A administração rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento executado em desacordo com os termos do Edital e seus anexos.

11. PARCELAMENTO OU NÃO

Não haverá parcelamento visto que se trata de contrato com valor global tratando-se, portanto, de solução única sem parcelamento.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Os procedimentos, omissões e dúvidas suscitadas terão como diretriz, o disposto na Lei 14.133/2021 e demais leis pertinentes;

Os serviços prestados deverão atender as normativas cabíveis preconizadas pela ABNT;

Fica eleito o foro deste Município para dirimir quaisquer dúvidas que porventura advenham desta compra.

São José do Vale do Rio Preto em 04 de junho de 2025.

PEDRO EDUARDO TROTTI DE CASTRO
Secretário Municipal de Obras Públicas,
Urbanização e Transportes





MUNICIPIO SÃO JOSE DO VALE DO RIO PRETO

RUA PROFESSORA MARIA EMÍLIA ESTEVES, Nº 691 - CENTRO

SJVRP/RJ - CEP: 25780-000

FONE (24) 2224-7404



CÓDIGO DE ACESSO

168ABBC267054AF2924F4EEFC1470FAA

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://sjvriopreto.flowdocs.com.br/public/assinaturas/168ABBC267054AF2924F4EEFC1470FAA>